

Rio de Janeiro, 8 de abril de 2015.

Ao Exmo. Sr.

Nelson Henrique Barbosa Filho

M.D. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

Caro Sr. Ministro:

Após entrega feita em mãos, no dia 20/03, à V. Exa. e ao Ilmo. Sr. Secretário de Relações de Trabalho, encaminhamos formalmente, em anexo, cópia do documento final do Grupo de Trabalho sobre Carreira e Salários, que contou com a participação de representantes da ASSIBGE-SN e da Direção do IBGE, conforme Termo de Acordo nº 01/2014 e Portaria IBGE/PR nº 966/2014.

Salientamos a necessidade de reconhecer a essencialidade do IBGE na estrutura do Estado e a importância de sua produção para o planejamento do governo e da sociedade brasileira. Neste sentido, consideramos fundamental que se abra imediatamente um diálogo em torno deste produto final do GT e de nossa pauta específica de reivindicações, inaugurando uma rodada de negociações entre a ASSIBGE-SN e o governo federal, algo que igualmente estamos reivindicando junto à Secretaria de Relações de Trabalho.

Por outro lado, enfrentamos algumas questões extremamente sérias no IBGE. Para além das alarmantes restrições orçamentárias e de pessoal, o ambiente institucional é absolutamente punitivo e anti-democrático. Em um momento no qual precisaríamos estar unidos para pensar saídas possíveis para construir a produção da instituição em patamares estáveis, a direção do IBGE investe em sistemáticas práticas de perseguição política aos que ousam reivindicar melhores condições de trabalho. Estamos enfrentando sérias restrições à realização de assembleias e reuniões para tratar de assuntos coletivos nos espaços da instituição. E-mails institucionais cortados, ramais bloqueados, entre outras ações, mostram a resposta que é dada a qualquer questionamento. O direito de greve foi tolhido a partir da demissão de quase 200 trabalhadores grevistas em 2014. O pós-greve foi marcado por uma série de atitudes caprichosas, por parte da Direção, na tentativa de criminalizar os que lutam. E quanto à compensação de greve, apesar de já termos colocado o cronograma da instituição que foi impactado devidamente em dia, segue em franco descumprimento ao acordo que assinamos.

Não há como construir um ambiente institucional adequado sem enfrentar essas questões. Ilustrando o tema, anexamos uma série de documentos que mostram as recorrentes práticas e medidas anti-sindicais por parte da Direção do IBGE, algumas delas se confrontando com o que foi assinado, através do Termo de Acordo nº 3/2014, pela ASSIBGE-SN, pela Direção Executiva do IBGE e pelo Sr. Secretário de Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça.

Assim, solicitamos imediata reunião para tratarmos da intermediação destes graves problemas, que constituem uma afronta à democracia nas relações de trabalho no serviço público. A exemplo de outros Ministérios que propiciam reuniões para debater questões específicas, esperamos contar com uma nova visão do MPOG, mais atenta ao que se passa nas instituições que fazem parte de sua estrutura e aberta ao diálogo com as representações de seus trabalhadores.

Aguardamos retorno, buscando construir um futuro melhor para a Instituição na qual trabalhamos.

Cordialmente,

Executiva Nacional da ASSIBGE-SN